

## Um outro olhar sobre as periferias: a cobertura jornalística de revistas semanais brasileiras frente à emergência das práticas colaborativas na rede

Otra mirada a la periferia: la cobertura de las revistas brasileñas hacia adelante la emergencia de prácticas de colaboración en red

*Isabel Padilha Guimarães<sup>1</sup>*  
*Ada Cristina Machado Silveira<sup>2</sup>*  
*Aline Roes Dalmolin<sup>3</sup>*

### Resumo

O artigo analisa a cobertura jornalística brasileira sobre periferias reconhecendo um projeto editorial comum à mídia semanal de referência do país. Analisando a presença de ambivalências significacionais nos temas de fronteiras internacionais e de favelas nas revistas Veja, Época e IstoÉ, evidencia-se uma cobertura em totalidade na qual se sintetizam informações e busca-se manifestá-las com exatidão, no afã de verossimilhança. Tecem-se algumas considerações sobre como a emergência de práticas colaborativas e de redes sociais está posicionando-se enquanto outra face da prática jornalística de referência. As mudanças nas práticas discursivas convertem-se numa nova ordem, em um contexto no qual os discursos profissionais e não profissionais encontram-se articulados por um conjunto de condições que lhes permitem existir.

### Palavras-chave

Cobertura jornalística; periferias; práticas colaborativas.

### Resumen

El artículo analiza la cobertura de noticias sobre periferias brasileñas, reconociendo un proyecto editorial común en las revistas semanales de referencia. Analizando las ambivalencias significacionales de los temas de fronteras internacionales y de “favelas” en las revistas Veja, Época e IstoÉ se evidencia que sintetizan información en toda su cobertura y tratan de manifestar con precisión en el afán de verosimilitud. Se tejen algunas consideraciones acerca de la aparición de prácticas colaborativas y cómo las redes sociales se están posicionando a sí mismas como la otra cara de la práctica periodística de referencia. Los cambios en las prácticas discursivas se convierten en un nuevo orden bajo un contexto en el que los discursos profesionales y no profesionales se articulan en un conjunto de condiciones que así permiten su existencia.

<sup>1</sup> Doutora em Comunicação pela PUC-RS, Bolsista de Estágio Pós-doutoral no Programa de Pós-graduação em Comunicação da UFSM.

<sup>2</sup> Doutora em Comunicação e professora do Programa de Pós-Graduação da UFSM.

<sup>3</sup> Doutora em Comunicação, Pós-doutoranda (PNPD/CAPES) no Programa de Pós-Graduação em Comunicação UFSM.

**Palabras-clave**

Cobertura; periferias; prácticas de colaboración.

Submetido em 07/10/2013

Aceito em 15/11/2013

**Introdução**

A *Rede Globo* de televisão divulgou no final do mês de abril, em seu principal telejornal vespertino, uma série de dez reportagens sobre a região conhecida como tríplice fronteira, situada nas cidades de Foz do Iguaçu (Brasil), Ciudad del Este (Paraguai) e Puerto Iguazú (Argentina). O conjunto das reportagens veiculadas pela emissora brasileira provocou a indignação de moradores da região, que não concordaram com a angulação trabalhada pela emissora nas matérias.

Parte dessas reações foi publicada na página pessoal do jornalista Gilmar Piolla na rede social *Facebook*, em 25 de abril do mesmo ano. Na postagem, ele elenca oito itens, nos quais relaciona o que considera “omissões e excessos da Rede Globo em relação a Foz do Iguaçu” (Piolla, 2013). O jornalista já havia se manifestado em outros momentos na rede sobre os problemas da cobertura jornalística sobre a região, como no artigo publicado em 2011 em um portal de Foz do Iguaçu, no qual ele chamava a atenção para o exagero com o qual a revista *Veja*, a maior em circulação do país, construiu uma matéria sustentando a hipótese, segundo ele infundada, da presença de grupos terroristas na tríplice fronteira (Piolla, 2011).

Em ambas as matérias criticadas por Piolla, assessor de imprensa da empresa Itaipu Binacional e morador de Foz do Iguaçu, verifica-se uma clara aproximação com vários dos argumentos que já levantamos em trabalhos anteriores, que refletem sobre a cobertura jornalística das fronteiras nacionais (Silveira, 2009, 2012; Guimarães & Silveira, 2012a; Guimarães & Silveira, 2012b). Além disso, nossas pesquisas mostram que essa abordagem discursiva não se resume ao caso da matéria televisiva que acionou a reação do morador, pois esse mesmo modelo está presente em outras plataformas e lugares, a exemplo do jornalismo impresso local (Dias, Mascarenhas & Silveira, 2011; Silveira, 2012) e das revistas nacionais de referência como *Época* e *IstoÉ* (Silveira, 2009; Silveira 2012).

Propomo-nos a discutir a angulação referida, apresentando resultados de um projeto de pesquisa que faz um estudo crítico sobre o noticiário jornalístico das revistas nacionais de referência, realizado em torno de acontecimentos ocorridos nas periferias brasileiras, entendidas tanto como fronteiras internacionais como as favelas metropolitanas. Além disso, procuramos discutir como as redes sociais podem fornecer um outro olhar, oferecendo uma perspectiva crítica e, ao mesmo tempo, evidenciando aspectos negligenciados pela cobertura da mídia de referência nacional. Nossa análise consiste em avançar no contraponto entre postagens feitas no *Facebook*, como no exemplo citado anteriormente, no sentido de indicar algumas potencialidades das redes sociais para promover outra abordagem discursiva da questão das fronteiras internacionais brasileiras. A referida postagem de Gilmar Piolla, juntamente com os respectivos comentários a esse tópico feitos por usuários da rede, constituem o *corpora* de nossa análise, de cunho discursivo, ao lado de matérias das revistas semanais observadas.

Ao retomarmos a noção de fronteira, enfatizamos a precedência de seu uso não metafórico, literal e corporificado nos limites territoriais do Estado-nação brasileiro em relação à ressonância que a cobertura jornalística alcança na sociedade. Nesse sentido, lembramos a perspectiva de António Sousa Ribeiro (2005, p. 479), que atenta para a deriva semântica que conceitos como o de fronteira tem provado e certa tendência ao debate em torno dos efeitos de fronteira, desdobrando a noção em reflexões tanto sobre seu sentido literal como na predicação metafórica. Também se mostra importante distinguir o estudo do crescente papel que as fronteiras políticas adquirem no mundo globalizado, atravessado pela lógica das relações entre fronteiras e sociedade nacional, algo que os *Border Studies* têm dado mostra. Trata-se de um tema emergente e de rara abordagem nos estudos de Comunicação e de Jornalismo.

## 1. O panóptico e a mídia

O panóptico de Jeremy Bentham tem sido apropriado como metáfora para uma diversidade de situações de controle social na qual os controladores não se encontram expostos frente aos controlados. Foucault (2012) apropria-se do conceito ao constituir no dispositivo panóptico o centro da estruturação da sociedade disciplinar. Diz Foucault (2012, p. 197): "o panoptismo é o princípio geral de uma nova 'anatomia política' cujo objeto e fim não

são a relação de soberania, mas as relações de disciplina." Nesse contexto, o autor aborda a violência exercida de forma simbólica sobre corpos e mentes, operada a partir do princípio da visibilidade.

Fez-se corrente a voz que supõe que, com a proliferação das redes e chamadas mídias sociais, a metáfora do panóptico estaria desatualizada. A trajetória que vai do *panopticon* de Bentham ao *panopticon* cibernético requer considerar que a clássica definição arquitetônica desse dispositivo por suas celas periféricas com janelas orientadas em torno da inspeção de uma torre central ganhou novo fôlego com o incremento da vigilância eletrônica.

Alguns autores correlacionam o conceito de panóptico à questão do controle das informações sobre os cidadãos por parte dos órgãos governamentais, que se tornaria ainda mais acirrada após o episódio do 11 de setembro, ocorrido nos EUA, em 2001. Islas e Gutiérrez (2004), ao repensarem o conceito foucaultiano à luz dos novos paradigmas comunicacionais, chamam a atenção para o lado oculto da sociedade da informação, apontado como "sociedade da vigilância e do castigo", perfazendo as ideias foucaultianas sobre o controle da sociedade.

Castells (2001) concorda que vivemos num mundo no qual a tecnologia vem sendo usada no sentido de controlar nossas vidas, mas questiona a radicalização de percepções quanto às potencialidades da rede no que tange às tecnologias de controle. Para ele, o fato de afirmar que a internet não seja uma rede de liberdade não pressupõe, necessariamente, que esta se resuma a um dispositivo de controle ubíquo e irreversível.

Sua estruturação desierarquizada, descentralizada e de conteúdo provido pelos usuários faz da rede um espaço no qual também seria possível pensar em formas alternativas aos modelos existentes de comunicação, que proporcionasse com maior complexidade muitas das abordagens reportadas pela mídia hegemônica. No caso da cobertura jornalística sobre fronteiras internacionais, evidenciamos como a prática discursiva se mostra extremamente redutora e ambivalente, conforme demonstramos brevemente a seguir.

Frente à uniformidade de enquadramento observada no noticiário sobre o mesmo acontecimento, a ocultação de características particulares produz certa negatividade da ambivalência, acarretando em descrédito da atividade jornalística. No entanto, uma perspectiva da positividade do controle no sentido de buscar evitar a desorientação, a promoção de agentes instituídos e socialmente reconhecidos, como a Polícia Federal, a Receita Federal, as Forças Armadas e outros agentes da lei, pode ser vista numa infografia produzida

pela revista *Veja* de 10 janeiro de 2007. O semanário veiculou uma série de reportagens intituladas “Crime” e outra denominada “Fronteiras”.



Figura 1: As rotas de tráfico. Fonte: *Veja*, 10 de janeiro de 2007, p. 57-58

A elaborada infografia de duas páginas (Figura 1) pretende resumir uma gama de informações geográficas do subcontinente sul-americano, do qual convergem para o Brasil agentes perpetradores de situações criminosas, consideradas fonte da violência urbana. Um conjunto de setas dirige-se ao território brasileiro, que age como força centrípeta de nações que orbitam ao seu redor.

Analisando a questão do dispositivo em Foucault, Agamben (2009, p. 29) assim sistematiza:

- a. É um conjunto heterogêneo, linguístico e não-linguístico, que inclui virtualmente qualquer coisa no mesmo título: discursos, instituições, edifícios, leis, medidas de polícia, proposições filosóficas etc. O dispositivo em si mesmo é a rede que se estabelece entre esses elementos. B. O dispositivo tem sempre uma função estratégica concreta e se inscreve sempre numa relação de poder. C. Como tal, resulta do cruzamento de relações de poder e de relações de saber.

Nessa perspectiva, a infografia como amálgama de textos linguísticos e não-linguísticos veicula o propósito de enaltecer a importância da disciplina (legal) e da soberania (nacional), dois momentos diferentes na perspectiva de Foucault (nível A em Agamben, 2009). Essa perspectiva corrobora o debilitamento do projeto comunitário com os vizinhos e o ceticismo quanto a acordos como o do Mercosul ou da Unasul, afiançando o nível de poder (B). Os produtores do noticiário assim se valem de um efeito de sentido que consiste na reificação das sociedades periféricas, convertidas em não-lugares, meros espaços de transição, articulando

seu domínio do saber midiático com sua percepção de um poder instituído pelo Estado-nação (C). É assim que se apresenta a hipótese de que o agenciamento jornalístico mantém a noticiabilidade sobre as periferias numa condição discursiva ambígua, que enquadra seus acontecimentos ou como alarmes de incêndio (Silveira, 2012) ou como dispositivos panópticos (Foucault, 2012), alertando continuamente a comunidade nacional/local para seus perigos.

Pontifica nesse contexto a posição editorial que enfatiza o que seria um “grande risco de ser vítima de vizinhos desordenados”. É o exemplo do diário de Foz do Iguaçu, *A Gazeta do Iguaçu*, que registrou em 30 de maio de 2006 a seguinte mensagem, exibida em um protesto de rua: “O Paraguai tem o governo que merece, pois tem um povo covarde”.

Negar-se a necessidade de controle burocrático de um Estado-nação tão grande como o Brasil é um contrassenso. No entanto, o desafio à síntese dos diversos mundos e a tarefa de construir consensos são encarados pelo jornalismo cotidianamente, numa impressionante clareza de política editorial, contradizendo a perspectiva de que ela seria geralmente vaga e não completamente estruturada (Traquina, 2005, p. 156). Porém, a clareza assumida por diversas linhas editoriais em muitos momentos encontra-se com a ambivalência, submergindo temas provenientes de abordagens tão díspares como segurança nacional e segurança pública sob a mesma ótica.

Consoante ao ideário da Guerra Fria tão disseminado pelo jornalismo internacional, o noticiário ainda atuaria na ancoragem da nacionalidade, buscando dirimir os conflitos e encaminhar a produção de consensos. O discurso jornalístico não pode deixar no ar seus dilemas narrativos nem titubear, sob pena de perder sua legitimidade, ainda que saibamos que a fímbria entre o nível ficcional e o jornalístico é muito tênue e que seus limites necessitam ser reiterados continuamente. Essa reiteração é resolvida através de procedimentos como a exclusão do sentido de contexto concreto em favor de simbolismos sacralizados pelo imaginário do nacional. A alimentação da atividade midiática atua justapondo contextos alheios entre si, sucedendo-se uma grande dose de ambivalência na cobertura jornalística.

Conforme assevera Prior (2011, p. 365) “a vigilância tem uma dimensão institucional enquanto elemento gerador de poder”. Desta maneira, a cobertura jornalística estrutura-se por operadores semióticos que explicam a forma da recorrência de determinados valores-notícia como violência, tráfico de armas e de drogas, contrabando de mercadorias, enquadrados pela ordem legal. Para afastar-nos do poder metafórico de qualquer alusão à fronteira, especialmente quanto à virtualização dos processos comunicacionais, começa a impor-se como

dominante a relação entre comunicação não-relacional e a comunicação relacional. É nesse sentido que observamos a ponderação de Prior:

“Todavia, e como a discussão democrática em rede não se deve esgotar nos debates virtuais e na individualização de um público ligado pela tecnologia, o poder ‘comunicativamente produzido’ deve ser transformado em ações reais ou, como refere Habermas, ‘transformado em poder administrativamente utilizável’. (Prior, 2011, p. 356).

As ações reais referidas são aqui tomadas pelas práticas jornalísticas administrativamente estabelecidas em grandes fluxos da indústria cultural e de amplas apropriações pela difusão das tecnologias de informação e de comunicação. Trata-se do ambiente comunicacional que interrelaciona a prática profissional do jornalismo frente à profusão informativa das redes sociais.

## **2. Redes sociais e práticas colaborativas: a presença do discurso não-profissional**

Os brasileiros, por sua presença nas redes sociais, destacam-se dentre as nacionalidades mais ativas e assíduas nas emergentes práticas colaborativas. Dados apontam 65 milhões de usuários do *Facebook* no Brasil no final de 2012, número que não para de crescer, consolidando a segunda posição do país dentre os maiores mercados do mundo quanto ao número de usuários. Além disso, os brasileiros também marcam presença ativa dentre os maiores usuários do *Twitter* e do *Youtube* (Chao, 2012). No serviço de mensagens curtas, os brasileiros representam um dos cinco maiores grupos de usuários ativos, enquanto na plataforma online de compartilhamentos de vídeo lideram o ranking mundial de acessos efetuados por visitantes únicos fora dos Estados Unidos (idem).

Assim como vários outros fenômenos observados no mundo digital, as redes sociais, enquanto prática, possuem uma origem muito mais antiga do que as datas nas quais essas plataformas foram criadas e lançadas no mercado. Sob certo viés, impõe-se a precedência das redes sociais através dos processos de ações relacionais entre os diferentes grupos humanos, que remontam ao início da história da humanidade (Bento, 2012), aspecto que tradicionalmente vem sendo objeto de estudo da Sociologia e que, ao ser transplantado para a plataforma digital, ganha maior interesse da área da Comunicação. Portanto, não estamos diante de algo totalmente novo, mas assistimos a um crescimento exponencial das

potencialidades das interações quando efetivadas no ambiente da rede digital, que geram fluxos com maior velocidade, convergência e penetrabilidade, relacionados a uma “cultura da conexão generalizada” (Lemos, 2007).

Na esfera das fronteiras, essas transformações ganham contornos interessantes ao suscitarem novos processos e fortalecerem aqueles já sedimentados. André Lemos (2007) observa que as redes sociais geram novas territorializações em meio às tendências desterritorializantes previstas pela cultura globalizada internacional. Nesse sentido, a rede propicia o surgimento, a manutenção e o fortalecimento de identidades locais, ancoradas em redes. Essa organização facilita a reunião de inéditos grupos dispersos e heterogêneos, servindo de “estuários para a defesa das identidades culturais, a promoção de valores éticos e a democratização da esfera pública” (Moraes, 2001, p. 127). Tendências como a cibermilitância ou o ciberativismo mobilizam as comunidades, constituídas no mundo digital ou formadas fora deste, a sobrepujar “os filtros ideológicos e as políticas editoriais da grande mídia” e repercutir suas ideias nas mais diversas instâncias, motivando a reprodução das perspectivas contra-hegemônicas (*Ibid.*, p. 125).

Esse contexto torna o ambiente fronteiriço como uma instância privilegiada para a emergência de processos interacionais complexos, ancorados nas condições culturais e identitárias verificadas nas populações daquele espaço geográfico que são transplantadas, reorganizadas e reterritorializadas no ambiente digital. Podemos dizer que o cidadão fronteiriço de certa forma sente-se adaptado à complexidade do novo ambiente, pois este se beneficia do ambiente multicultural característico das regiões transnacionais, onde o bilinguismo verifica-se com frequência (Machado, 2005).

Tudo isso torna possível que uma simples postagem em uma rede social articule em torno de si e de forma extremamente veloz uma verdadeira comunidade de vozes constituída em torno de seus interagentes, aparentemente motivados pela ideia de mostrar um outro olhar sobre os fatos divulgados pela mídia de referência.

Avançando sobre o caso de uma série de reportagens televisivas sobre a tríplice fronteira, em menos de 24 horas, o comentário de Piolla (2013) sobre as reportagens no telejornal *Jornal Hoje* a respeito do assunto recebeu 683 compartilhamentos e 555 pessoas curtiram a publicação no *Facebook* (*likes*). Somam-se a isso 137 comentários à mensagem de outros usuários, cuja maioria expressa a mesma indignação para com a parcialidade da cobertura. Muitas dessas mensagens dirigem palavras de apoio ao jornalista, que naquele

momento agregava em seu perfil 2.486 seguidores na rede social, enquanto outras agregam *links* sobre esta e outras matérias que revelam as fronteiras apenas pelos ângulos do crime, do contrabando e do tráfico de drogas.

Portanto, o comentário singular de um usuário repercutiu nas mais diferentes direções, uma vez que seu texto em poucas horas reproduziu-se através dos mecanismos de funcionamento da própria rede social, capazes de disseminar as informações (curtir, compartilhar, atualização de *feeds*, etc.). Essas apropriações caminhariam na contracorrente de antecipações dos efeitos da cibercultura quando indicavam uma via de mão única para a predominância dos processos desterritorializados/deslocalizados, nos quais as fronteiras territoriais, culturais e populacionais se apagariam. Ao contrário, aqui acompanhamos um movimento que atesta expressamente aquilo que Lemos (2007) denomina como práticas de controle/territorialização. O ciberespaço se territorializa na medida em que circulam discursos e práticas capazes de mostrar os posicionamentos do homem em seu espaço, seus usos e apropriações.

Nosso objeto de análise vem a evidenciar esse processo, especificado nas postagens<sup>4</sup> que recolocam tal posicionamento a partir do uso do “nosso”, englobando a região fronteiriça, com o “eles”, autores das vozes institucionalizadas do veículo de referência. Do mesmo modo, os dêiticos (indicadores de situação de enunciação) como o “aqui” e o “lá”, identificam as falas em suas localizações, as quais grifamos a seguir:

O espectador é iludido, como se aqui na fronteira o faroeste fosse uma rotina de cada minuto. (Gilmar Piolla)  
Lamentável essa Imprensa Sensacionalista!!! Só mostra o lado negativo que envolve nossa cidade de Foz do Iguaçu !!! (C.L)

Os usuários também direcionam sua perspectiva crítica aos critérios de noticiabilidade das matérias. Os principais aspectos abordados referem-se a uma suposta cegueira para com problemas oriundos de outros estados. Referem-se aos problemas do contrabando nas regiões portuárias e na demanda das demais cidades brasileiras por produtos ilegais. Vários desses argumentos encontram-se desenvolvidos na postagem de Piolla:

Ao mesmo tempo que presta um serviço à Receita Federal e à Polícia, ao mostrar ações relevantes de combate ao crime organizado, a Rede Globo deixou de lado todo um

---

<sup>4</sup> Em nossa análise, obliteramos os nomes atribuídos aos usuários, identificando-os no texto através das iniciais. Também foram preservadas as grafias originais da rede, com seus eventuais erros de escrita.

contexto, sequer se aprofundando numa questão óbvia: se a mercadoria sai do Paraguai em direção a grandes centros brasileiros, é porque há uma rede criminosa agindo na receptação, tão grande e tão danosa quanto aquela criada em regiões de fronteira para sustentar este comércio ilegal. (Gilmar Piolla)

Cabe salientar que a maioria das postagens refere-se à emissora em sua totalidade, identificada como “Rede Globo”, quando o objeto referido trata-se da série de reportagens divulgada no *Jornal Hoje* (Portal G1, 25 de abril de 2013). A predominância de notícias do eixo Rio-São Paulo também é objeto de crítica. Os usuários acusam a Rede Globo de nortear sua perspectiva jornalística pela ótica dessas duas cidades, em detrimento dos acontecimentos que ocorrem no restante do Brasil.

A Globo tá pouco se lixando pra foz e pro interior do país, pra ela o brasil é o rio de janeiro, há anos eles nos empurram novelas que impõem o way of life carioca como o padrão brasileiro (FB). (sic)

Outras postagens referem-se de modo mais específico às angulações dadas ao objeto específico das matérias, ou seja, os enquadramentos jornalísticos dados à região de Foz do Iguaçu. Chama a atenção o comentário de um usuário (O.J), que didaticamente tenta explicar o porquê das reportagens televisivas trazerem tais abordagens, afirmando que estas ocorrem há mais de duas décadas e são solicitadas à Rede Globo por parte da Polícia e pelo Ministério da Justiça. Ele esclarece que a operação policial enfocada na série não é corriqueira, além de defender que o contrabando que passa pela fronteira não circula somente por Foz do Iguaçu, mas pela região como um todo. Segundo ele, por seu caráter de centro regional, a cidade acaba virando o foco. Seguem abaixo, alguns trechos do comentário:

Foz do Iguaçu aparece como o centro, por ser a mais conhecida e internacional cidade de toda a divisa com o país vizinho, por este motivo dá mais mídia, entenderam? (...) Este tipo de operação não é frequente, reforço, e este fato todos os moradores das cidades lindeiras estão acostumados a presenciar, somente um espetáculo da PF e Receita Federal para a Mídia, passada uma semana a coisa volta ao normal. (O.J)

Somente duas postagens minimizam as críticas expressas no conjunto dos comentários, afirmando que o tráfico e o contrabando existem, e não podem ser negados. Reproduzimos uma delas, seguida pelo comentário de outro usuário, que delimita sua crítica e a dos demais interagentes da discussão como centradas nas angulações da reportagem e não à natureza dos fatos.

Agora o que não pode é ficar sempre de mimimi quando a imprensa mostra algo negativo de foz, ou alguém acha que o contrabando e o trafico não ocorrem por aqui nessas proporções???? (D.M)

(...) acho que o que esta em discussão aqui não é a proporção do tráfico e sim a maneira "espetacular" como esta sendo mostrada, Foz não é esse campo de guerra, sofreremos por nossa posição geográfica, e ao que parece pela falta de uma medida por parte das autoridades que acabe de vez com esse tipo de crime em nossa cidade, ou vão dizer que se quiserem eles não acabam com isso do dia pra noite? (M.G)

Nossa análise apontou brevemente o modo como as redes sociais criam linhas de fuga e possibilidades de reterritorialização para a questão das fronteiras. A utilização dessas tecnologias fez emergir outro estágio na construção do saber, que vem se tornando cada vez mais coletiva e desenhada por redes globais. Com isso, assistimos a uma redefinição nos padrões de narratividade, dentre os quais situamos o próprio fazer jornalístico. Ele torna possível que usuários das plataformas digitais se convertam em produtores de conteúdo, ao mesmo tempo em que assumem uma posição crítica a partir de onde venham a questionar os próprios conceitos de noticiabilidade das empresas jornalísticas.

As mudanças nas práticas discursivas da atualidade convertem-se numa nova ordem discursiva, e a situação de que seus agentes sejam leigos, jornalistas não profissionais, não lhes desqualifica no âmbito do fenômeno noticioso. Trata-se de uma conjuntura na qual os discursos profissionais e não-profissionais encontram-se articulados por um conjunto de condições que lhes permitem coexistir. É das brechas da atividade profissional que emergem os discursos não-profissionais que, por sua vez, propõem novas relações e alteram o ordenamento precedente.

### **Considerações finais**

As especulações sobre a ubiquidade do poder configuram um esforço jornalístico que o conduziu ao sistema da produção colaborativa. Tergiversando sobre a hierarquia da produção informativa amplamente assentada no último século, na qual a figura do jornalista profissional tomou relevo, as rotinas estão incorporando paulatinamente a participação leiga, em evidente distanciamento da sociedade disciplinar. A nova prática tem em vista a disseminação dos controles, sobrepondo-se às palavras de ordem, números e matrículas do passado as novas senhas ou cifras.

Ao buscar efetivar as competências simbólicas da mídia, o jornalismo define-se pela pretensão de atualizar objetivada e constantemente a difusão de acontecimentos que afetam a sociedade e seus indivíduos. No trabalho de atualização, o jornalismo confronta sistematicamente a sociedade e a massa. O novo contexto colaborativo produzido pela difusão eletrônica trouxe a novidade da *mass self communication*, redefinindo as relações entre sujeito e massa. Atualmente, observa-se a intensificação das tecnologias interativas, proporcionando o que Prior (2011, p. 354) define como uma "alteração na estrutura institucional da comunicação de tipo não relacional."

Nesse sentido, essa nova ordem vai ao encontro da relação de visibilidade imposta pelo dispositivo panóptico, consolidando a constituição de "um edifício transparente onde o exercício do poder é controlável pela sociedade inteira" (Foucault, 2012, p. 196).

Consideramos aqui que uma reconfiguração da estrutura panóptica face à emergência de práticas de leitura do real advindas da nova ordem digital resguardaria em sua potencialidade a visibilização e a articulação de outra ordem discursiva sobre as periferias nacionais. Uma vez que observamos o surgimento dessa outra narrativa, a própria expressão dos indivíduos posicionados na arquitetura do panóptico se transforma. Isso implicaria em dizer, apropriando-nos de Foucault, que a essa altura o exercício do poder de fato se efetiva por parte da "sociedade inteira", em razão de que, pelo menos potencialmente, hoje está ao alcance de qualquer um interagir e produzir conteúdo midiático. A função do "olho" vigilante, antes restrito à câmara de TV que, a exemplo da matéria do telejornal a que aludimos no início, observava a sociedade e tudo revelava pela visão institucionalizada dos meios de comunicação de massa, agora multiplica-se nos olhos de cada usuário que compartilha nas redes sociais sua versão sobre o mundo. Assim, a fronteira mostrada na mídia hegemônica como sinônimo de contrabando e corrupção desdobra-se e transmuta-se em muitas outras "fronteiras", discursivamente construídas na rede a partir do olhar daqueles que lá vivem e compartilham de toda a sua complexidade.

Nesse sentido, as práticas comunicacionais em rede viriam a acenar utopicamente para as promessas contidas nos princípios estabelecidos na Declaração Universal dos Direitos Humanos, em seu artigo XIX (1948), que prevê a todos o direito à liberdade de opinião e expressão, que inclui o direito de cada um defender suas próprias opiniões sem interferências, buscando receber e compartilhar informações e ideias através de cada meio sem importar as fronteiras. Assim como reclamou Mills (1982), criou-se virtualmente a possibilidade de cada

leitor ter um espaço para emissão de sua resposta, um sério desafio enfrentando pelas redes sociais na busca de superação da desestruturada esfera pública burguesa.

O sentido no qual trabalhamos a rede nesse artigo reside na discussão da potencialidade desta para suscitar uma nova ordem discursiva. Um caminho que apenas começa a ser trilhado socialmente, conforme demonstra o nível ainda bastante primário das iniciativas. O céu é o limite para pensarmos nos desdobramentos desse novo cenário midiático que busca romper as barreiras comunicativas interpostas pela ambivalência significacional promovida pelo jornalismo. Uma reconfiguração do panóptico seria apenas o começo.

### Referências bibliográficas

AGAMBEN, G. *O que é o contemporâneo?* e outros ensaios. Chapecó: Argos, 2009.

BENTO, L. Análise de redes sociais: uma expectativa de integração estratégica dos processos comunicacionais. *Anais da II Conferência Brasileira de Estudos em Comunicação Mercadológica*. São Paulo, 2012.

CASTELLS, M. *Internet: ¿Una arquitectura de libertad? Libre comunicaciòn y control del poder*. 2001. Disponível em: <[www.uoc.edu/inaugural01/esp/internet\\_arq.html](http://www.uoc.edu/inaugural01/esp/internet_arq.html)> Acesso em 27 de abril de 2013.

CHAO, L. Brasileiros reinam nas redes sociais. *Valor Econômico*, 17 (733). <[www.observatoriodaimprensa.com.br/news/view/ed733\\_brasileiros\\_reinam\\_nas\\_redes\\_sociais](http://www.observatoriodaimprensa.com.br/news/view/ed733_brasileiros_reinam_nas_redes_sociais)> Acesso em 8 de março de 2013.

Declaração Universal dos Direitos Humanos (1948). Disponível em <[portal.mj.gov.br](http://portal.mj.gov.br)> Acesso em 27 abr. 2013

DIAS, A. S., MASCARENHAS, G. L. & SILVEIRA, A. C. M. O olhar da Tríplice Fronteira sobre si mesma: o caso da Gazeta do Iguacu. *Anais do XII Congresso de Ciências da Comunicação da Região Sul – Intercom Sul*, Londrina, 2011.

FOUCAULT, M. *Vigiar e punir: nascimento da prisão*. Petrópolis: Vozes, 2012.

GUIMARÃES, I. P., SILVEIRA, A. C. M. Sobre lugares de crimes e castigos: periferia e imaginário colonial. *Anais do XXXV Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação – Intercom*, Fortaleza, 2012a.

\_\_\_\_\_, \_\_\_\_\_. O imaginário midiático das fronteiras na cobertura jornalística. *Anais de la Conferencia Regional UC-ICA*, Santiago do Chile, Chile, 2012b.

ISLAS, O. & GUTIÉRREZ, F. Internet, utopía y panóptico de la Sociedad de la Información. *Ciberlegenda*, 1(14), 2004. p. 1-25.

LE MOS, A. Ciberespaço e tecnologias móveis: processos de territorialização e desterritorialização na cibercultura. In.: MÉDOLA, A. S., ARAÚJO, D. & BRUNO, F. (Orgs.). *Imagem, visibilidade e cultura midiática*. Sulina: Porto Alegre, 2007. p. 277-293.

MACHADO, L. O. Ciência, tecnologia e desenvolvimento regional na Faixa de Fronteira do Brasil. *Parcerias Estratégicas* 20 (2), 2005. p. 747-766

MILLS, C. W. *A imaginação sociológica*. Rio de Janeiro: Zahar, 1982.

MORAES, D. *O concreto e o virtual: mídia, cultura e tecnologia*. Rio de Janeiro: DP&A, 2001.

PIOLLA, G. *O terrorismo da imprensa*, 2011. <<http://www.h2foz.com.br/opiniaio/o-terrorismo-da-imprensa-gilmar-piolla-rebate-acusacoes-da-midia>> Acesso em 25 de abril de 2013.

PIOLLA, G. Página pessoal de Gilmar Piolla. *Facebook*. <[www.facebook.com](http://www.facebook.com)> Acesso em 25 de abril de 2013.

PRIOR, H. Democracia deliberativa e vigilância eletrônica: da participação ao panóptico cibernético. *Estudos em Comunicação*, (10), 2011. p. 353-367.

Portal G1. Câmera JH exhibe flagrantes do contrabando na fronteira do Brasil com o Paraguai. <<http://globotv.globo.com/rede-globo/jornal-hoje/t/quadros/v/camera-jh-exibe-flagrantes-do-contrabando-na-fronteira-do-brasil-com-o-paraguai/2539786>> Acesso em de 27 abril de 2013.

Revista Veja. Edição de 10 de janeiro de 2007. Disponível em <<http://veja.abril.com.br>>. Acesso em 10 fevereiro de 2011.

RIBEIRO, A. S. Retórica dos limites: notas sobre o conceito de fronteira. In: SANTOS, B. S. *A globalização e as Ciências Sociais*. São Paulo: Cortez, 2005. p. 475-501.

SILVEIRA, A. C. M. Modos de ver e devorar o outro: a ambivalência na cobertura jornalística das periferias. In: *Ghrebh*, 2 (14), 2009.

\_\_\_\_\_, \_\_\_\_\_. A cobertura jornalística de fronteiriços e favelados – narrativas securitárias e imunização contra a diferença. *Intercom - Revista Brasileira de Ciências da Comunicação*, 2012, 35 (1). p. 75-92.

TRAQUINA, Nelson. *Teorias do Jornalismo: porque as notícias são como são*. Florianópolis: Insular. 2005.